



# dhes

REDE DIREITOS HUMANOS  
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

## DIREITOS HUMANOS DOS GRUPOS VULNERÁVEIS

Programa financiado pela  
Comissão Europeia



Coordenação do Programa



Universitat  
Pompeu Fabra  
Barcelona



Direitos Humanos dos Grupos Vulneráveis. Manual  
© 2014 - dh.es. Rede Direitos Humanos e Educação Superior

*Coordenadores:*

Jane Felipe Beltrão  
Jose Claudio Monteiro de Brito Filho  
Itziar Gómez  
Emilio Pajares  
Felipe Paredes  
Yanira Zúñiga

*Capa e contracapa:* Xavier Pedrós

*Projeto gráfico:* EDO-SERVEIS <http://edo.uab.cat/edo-serveis>

Anna Díaz Vicario y Joaquín Gairín Sallán

*Nota referente à tradução:* O prólogo do presente Manual foi escrito em Português (falado no Brasil), assim como os textos dos autores cuja língua materna é o português. Os textos de autores cuja língua materna é o espanhol foi traduzido, segundo os cânones da língua portuguesa, tal qual se fala, hoje, em Portugal, portanto há diferenças no uso da língua portuguesa o que requer atenção dos leitores.

ISBN: 978-84-606-6470-3



# **DIREITOS HUMANOS DOS GRUPOS VULNERÁVEIS**

## **Manual**

### **Coordenadores**

Jane Felipe Beltrão

Jose Claudio Monteiro de Brito Filho

Itziar Gómez

Emilio Pajares

Felipe Paredes

Yanira Zúñiga

## ÍNDICE

<b>Prólogo.</b> Comité científico .....	13
---	----

### **I. Direitos humanos das crianças e dos adolescentes ..... 19**

1. A Convenção sobre os Direitos da Criança e a proteção da infância no regulamento internacional dos direitos humanos ..... 21  
*Alejandro Morlachetti, UNICEF – Univ. de Lanús*
2. A proteção dos direitos humanos das crianças no Sistema Interamericano de Direitos Humanos ..... 43  
*Karlos Castilla, Universitat Pompeu Fabra*

### **II. Direitos humanos das pessoas com deficiência..... 71**

3. Assegurando o gozo dos direitos em condições de igualdade: direitos humanos das pessoas com deficiência – Contexto geral ..... 73  
*José Cláudio Monteiro de Brito Filho, Universidade Federal do Pará*
4. Entre manutenção e mudança: uma análise dos primeiros anos da Convenção das Nações Unidas sobre pessoas com deficiência ..... 88  
*George Rodrigo Bandeira Galindo. Universidade de Brasília*
5. A inclusão da deficiência no sistema interamericano. Principais regulamentos e normas pós-convenção.....107  
*Renata Bregaglio, Pontificia Universidad Católica de Lima*

### **III. Gênero e direitos humanos ..... 129**

6. Gênero e Direitos humanos: revolução de ideias e políticas públicas - Contexto geral .....131  
*Lia Zanotta, Universidade de Brasília*
7. Sistema internacional de proteção dos direitos humanos das mulheres .....145  
*Yolanda Gómez, Universidad Carlos III de Madrid*
8. A construção da igualdade de gênero no campo regional americano .....171  
*Yanira Zuñiga, Universidad Austral de Chile*

#### **IV. Direitos humanos dos povos originários e afrodescendentes..... 203**

9. A proteção dos povos indígenas no sistema internacional.....205  
*Julian Burger, University of Essex*
10. Movimentos, povos e cidadanias indígenas: inscrições constitucionais  
e direitos étnicos na América Latina.....231  
*Jane Felipe Beltrão e Assis da Costa Oliveira. Universidade Federal do Pará*
11. Os direitos dos povos indígenas na América Latina: Avanços jurídicos  
e lacunas na implementação.....265  
*José Aylwin, Universidad Austral de Chile*
12. A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos  
em matéria de povos indígenas e tribais.....291  
*Rosmerlin Estupiñán Silva e Juana María Ibáñez Rivas. Universidad  
Paris 1 Panteón Sorbona*

#### **V. Direitos humanos e diversidade sexual..... 327**

13. Direitos humanos e diversidade sexual: contexto geral.....329  
*Fernando Muñoz León. Universidad Austral de Chile*
14. A interdição da discriminação com base na orientação sexual e identidade  
sexual no âmbito internacional.....345  
*Ascensión Elvira Perales, Universidad Carlos III de Madrid*
15. Direitos humanos e diversidade sexual no Sistema Interamericano  
de Proteção dos Direitos Humanos .....369  
*Cristina Figueiredo Terezo. Universidade Federal do Pará*

## PRÓLOGO

A vulnerabilidade está em todos e em cada um de nós, da mesma forma como estão outras características próprias do ser humano, como a consciência e a capacidade de amar; a empatia e a vontade de sobrevivência. Não há pessoa que possa ser considerada invulnerável.

A mitologia grega, na sua vontade didática de explicar as realidades por intermédio de seus deuses e heróis nos ensina com a história de Aquiles, o principal herói da Guerra de Troia. Sua mãe, uma ninfa marinha chamada Tétis, mergulhou-o, ao nascer, no rio Estígia, com o compreensível desejo materno de torná-lo imortal e, portanto, invulnerável. No entanto, para que ele não morresse afogado, a mãe segurou-o pelo calcanhar no momento de submergi-lo no rio e esse calcanhar, não tocado pelas águas do Estígia, permaneceu tão vulnerável como o de qualquer outro mortal. Muitos anos depois, uma flecha envenenada lançada pelo príncipe Paris às portas de Troia, e certamente dirigida pelo deus Apolo, acertou no calcanhar do invulnerável herói e, contra todas as probabilidades e, apesar dos cuidados maternos, morreria nos braços de Hades.

Assim, todos os seres humanos são vulneráveis porque tal característica é intrínseca à natureza mortal, embora a vulnerabilidade não deva de ser abordada de uma forma negativa, já que fala da nossa capacidade de reagir, resistir e recuperar de uma ferida, de uma violação física ou moral.

Ou seja, aqueles que são vulneráveis – todos – o são em diferentes graus, dependendo da capacidade de resistência perante os desafios que enfrentamos. Por isso, a noção de vulnerabilidade leva-nos rapidamente a falar de igualdade, porque nem todos temos a mesma capacidade de resistência, porque nem todos somos igualmente vulneráveis, porque podemos identificar facilmente características que tornam algumas pessoas grupos, mais vulneráveis do que outros.

No que diz respeito à proteção dos direitos humanos, as noções de igualdade e de vulnerabilidade estão unidas. São vulneráveis quem tem diminuídas, por diferentes razões, suas capacidades de enfrentar as eventuais violações de direitos básicos, de direitos humanos. Essa diminuição de capacidades, essa vulnerabilidade está associada a determinada condição que permite identificar o indivíduo como membro de um grupo

específico que, como regra geral, está em condições de clara desigualdade material em relação ao grupo majoritário.

Assim, o gênero é a condição que determina que as mulheres, sem serem uma minoria numérica, estão em situação de especial vulnerabilidade em relação aos direitos humanos, vulnerabilidade que varia em função do poder que estas mulheres têm nas sociedades em que vivem, e que podem torná-las sujeitos particularmente vulneráveis à violação de direitos sócio laborais (por exemplo, recebimento de salário inferior aos dos homens pelo mesmo trabalho) ou diretamente à violação de condições básicas de dignidade, como o direito à vida, à liberdade, à educação ou à saúde.

A orientação sexual torna-se na condição determinante da vulnerabilidade de lésbicas, gays, bissexuais, pessoas transgênicas e transsexuais. Aqui, novamente, a sociedade e o reflexo legal das particularidades do grupo podem tornar o mesmo suscetível da negação ao direito à vida, em casos extremos, ou do direito à igualdade nas relações familiares, o que ainda acontece na maior parte dos sistemas do planeta.

A idade faz de crianças e dos adolescentes um grupo particularmente vulnerável, devido à sua invisibilidade jurídica e elevado grau de dependência.

A incapacidade física, sensorial, mental e intelectual, ou dito de outra forma, as capacidades diferentes, impõem barreiras de acesso ao pleno exercício de alguns dos direitos básicos, como o trabalho ou a educação.

O fato de pertencer a minorias étnicas implica, muitas vezes, a existência de uma visão do mundo, de uma organização social ou de uma bagagem cultural que têm associadas a exclusão dessa minoria das sociedades estatais nas quais estão integradas, exclusão que deriva em desigualdades manifestas e em violações, em casos muito graves dos seus próprios direitos ou de direitos internacionalmente positivados.

Exclusões que associadas à condição de migrante ou expatriado; à condição de refugiado ou deslocado; às condições de pobreza extrema; à velhice; à doença, à gravidez, etc. também podem determinar uma particular vulnerabilidade de um

determinado grupo humano. Às considerações anteriores, temos ainda que acrescentar que as condições de vulnerabilidade são cumulativas, ou seja, as meninas, quando são menores de idade e do gênero feminino, são mais vulneráveis do que os rapazes; as mulheres indígenas são mais vulneráveis do que os homens da mesma etnia; os afrodescendentes com deficiência são mais vulneráveis do que os brancos; e assim sucessivamente ...

Identificamos, portanto, cinco grupos vulneráveis cujo estudo nos pareceu relevante. Os cinco acabam de ser mencionados: mulher, criança e adolescente, LGTB, pessoas com deficiência, povos tradicionais e afrodescendentes. Apesar de poderem existir outros, centrámos nosso estudo principalmente nestes por considerar que são particularmente interessantes e porque a situação de vulnerabilidade que sofrem incide principalmente na ausência de coesão social, ou seja, no aparecimento de desigualdades materiais profundas no seio das nossas sociedades.

Ao falar de desigualdade fala-se, também, de vontade política de erradicação da mesma. A vulnerabilidade pode ser superada se as ferramentas necessárias forem desenvolvidas para que o grupo nessa situação ou indivíduo que integra o grupo, melhore a capacidade de resposta, de reação, de recuperação perante as graves violações de seus direitos básicos. E, é neste contexto, o qual se descreve que surge o presente manual dada a vontade de desenvolver ferramentas para superar desigualdades e vulnerabilidades.

O grau de vulnerabilidade das pessoas depende de diferentes fatores físicos, econômicos, sociais e políticos, no entanto, podem ser postas em prática medidas para mitigar o efeito desses fatores, ou seja, podem ser criados meios para reduzir os efeitos do perigo de violações de direitos. Entre esses meios está o desenvolvimento de alertas perante as violações e a preparação perante as mesmas, mas também o desenvolvimento de capacidades para recuperação das violações, e para resistir perante as mesmas, e neste âmbito os agentes de direitos humanos têm importância fundamental.

A formação que oferecemos neste manual pretende sensibilizar e dar ferramentas para deter e reagir às violações de direitos, colocando essas ferramentas nas mãos dos nossos alunos,



que por estarem no ensino superior estão em melhores condições para dar assistência, pelos seus conhecimentos e capacidades, a quem é vítima de situações de extrema vulnerabilidade, dando-lhes os meios necessários para reforçar a capacidade de reação e reduzir, precisamente, sua vulnerabilidade.

Não queremos fazer abordagens vitimizadora dos grupos estudados. Pelo contrário. Pretendemos abordagens construtivas e corretivas. Empoderadoras. Igualitárias.

No manual, cada um dos grupos é objeto de um bloco temático. Em cada um dos blocos é feita uma análise a partir de três perspectivas, razão pela qual cada bloco temático possui três capítulos, sempre os mesmos em cada um dos blocos, o que oferece coerência interna aos materiais.

A primeira perspetiva analisa o **contexto geral**. Esta perspetiva é uma abordagem a cada um dos grupos a partir de uma perspectiva interdisciplinar e abrangente, que propõe os problemas reais de violação dos direitos que existem em relação a cada um dos grupos.

A segunda assume uma abordagem aos grupos a partir do **Sistema Internacional de Garantia** de direitos humanos. Neste ponto, faz-se referência aos instrumentos internacionais de garantia dos direitos aplicáveis à proteção de cada grupo e às organizações internacionais específicas de garantia que existem, bem como as políticas que desenvolvem.

A terceira refere-se ao **Sistema Interamericano**, e ao seu objetivo de desenvolver uma abordagem clara dos instrumentos regionais de garantia, com especial atenção à jurisprudência da Corte Interamericana relativa às mulheres, crianças, pessoas com deficiência, indígenas, afrodescendentes e LGTB.

Cada um dos capítulos deste livro foi cuidadosamente elaborado por seus autores que, não só refletem em seus trabalhos o resultado de suas investigações, mas também a bagagem adquirida na reunião de trabalho celebrada em Valdivia, entre o dia 9 e 12 de abril de 2012, na Universidade Austral do Chile, durante o qual foram discutidas as primeiras versões de cada um dos textos aqui presentes. Além disso, todos os trabalhos foram revistos pelo Comité Científico, sob um sistema de revisão

por pares, e, novamente, corrigidos e melhorados pelos autores. Entendemos que esta forma de trabalho em rede, e de revisões cruzadas, garantem a qualidade do que é aqui exposto, e dá consistência interna ao trabalho que se revelou profundamente enriquecedor.

Por fim, e como já fizemos no primeiro manual desta coleção, dedicado à proteção multinível dos direitos humanos, é importante recordar que o texto que o leitor, agora, consulta é produto da Rede de Direitos Humanos na Educação Superior (RedDHES), um projeto ALFA financiado pela União Europeia. As universidades que fazem parte da rede são a Universidade Pompeu Fabra e a Universidade Federal do Pará (coordenadoras), a Universidade dos Andes, a Universidade Austral do Chile, a Universidade de Brasília, a Universidade Carlos III de Madrid, a Universidade Juan Misael Saracho, a Universidade Paris I-Panthéon Sorbonne, a Pontifícia Universidade Católica do Peru e a Universidade Técnica de Ambato. Praticamente todos os autores deste guia pertencem a uma destas instituições.

Recordamos também que a RedeDHES tem como objetivo geral melhorar a qualidade, relevância e acessibilidade do ensino superior na América Latina em matéria de direitos humanos. Entre os objetivos mais específicos se encontra fomentar a cooperação entre universidades europeias e latino-americanas concebendo a implementação de cursos com conteúdos e metodologias baseados no desenvolvimento de competências em matéria de promoção dos direitos humanos. Em particular, foram identificados três eixos temáticos: proteção multinível de direitos humanos; igualdade e grupos vulneráveis; e direitos humanos e políticas públicas. Para cada um destes temas, são desenvolvidos três tipos de materiais didáticos de natureza diferenciada: manuais, que consistem na exposição ordenada e sistemática de conteúdos relacionados à matéria; guias de práticas, que incluem textos legais, jurisprudenciais e doutrinários, bem como casos práticos para serem trabalhados em sala de aula; e guias docentes, que desenvolvem questões metodológicas, relacionadas com as competências desejadas, as atividades a realizar dentro e fora da sala de aula e os métodos de avaliação. O trabalho atual refere-se ao segundo

eixo (igualdade e grupos vulneráveis) e, evidentemente, ao material didático que denominámos de manual.

Para concluir, o Comitê Científico gostaria de agradecer a generosa contribuição dos autores e de outros participantes da Rede, assim como, muito em particular, a colaboração de Diane Fromage, cuja gestão foi, como sempre, impecável. Um trabalho em rede deste tipo é extremamente complexo. O grau de uniformidade e harmonia no “espírito” do que é transmitido baseia-se no esforço de todos, bem como na determinação de alcançar os objetivos que, entre todos, criámos. Assim, os erros de coordenação são apenas atribuíveis ao Comité Científico e as virtudes do trabalho são de todos e de cada um dos que participaram na elaboração do manual.

Comitê Científico

*Jane Felipe Beltrão*

*José Claudio Monteiro de Brito Filho*

*Itziar Gómez*

*Emilio Pajares*

*Felipe Paredes*

*Yanira Zúñiga*